

**RECLAMAÇÃO 20.367 MINAS GERAIS**

<b>RELATORA</b>	<b>: MIN. CÁRMEN LÚCIA</b>
<b>RECLTE.(S)</b>	<b>: ESTADO DE MINAS GERAIS</b>
<b>PROC.(A/S)(ES)</b>	<b>: ADVOGADO-GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS</b>
<b>RECLDO.(A/S)</b>	<b>: TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS</b>
<b>INTDO.(A/S)</b>	<b>: BANCO DO BRASIL S/A</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: VINICIUS BARROS REZENDE</b>
<b>INTDO.(A/S)</b>	<b>: PERGUINO MACHADO</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: ROBSON DAMASCENO DA ROCHA</b>
<b>INTDO.(A/S)</b>	<b>: CONSTRUTORA LANCE LTDA</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: ERNESTO DE MEIRELLES SALVO</b>

**DECISÃO**

*RECLAMAÇÃO. PROCESSUAL CIVIL. NEGATIVA DE PROCESSAMENTO DE AGRAVO CONTRA INADMISSÃO DE RECURSO EXTRAORDINÁRIO. USURPAÇÃO DE COMPETÊNCIA: SÚMULA N. 727 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. RECLAMAÇÃO JULGADA PROCEDENTE.*

**Relatório**

1. Reclamação, com requerimento de medida liminar, ajuizada por Minas Gerais, em 17.4.2015, contra decisão proferida no Agravo Regimental no Recurso Extraordinário no Agravo de Instrumento no Recurso de Revista n. 192-53.2012.5.03.0017 pelo Órgão Especial do Tribunal Superior do Trabalho, que teria usurpado a competência do Supremo Tribunal Federal.

**O caso**

2. Em 2.5.2014, o Vice-Presidente do Tribunal Superior do Trabalho

**RCL 20367 / MG**

determinou o sobrestamento do recurso extraordinário, com fundamento no art. 543-B, § 1º, do Código de Processo Civil, para aguardar-se o julgamento do Recurso Extraordinário n. 760.931, com repercussão geral reconhecida (doc. 3).

Em 10.11.2014, aquela autoridade judicial revogou o sobrestamento, negou seguimento ao recurso extraordinário e determinou imediata baixa dos autos (doc. 3).

Contra essa decisão, o Reclamante interpôs agravo nos autos, na forma prevista no art. 544, § 2º, do Código de Processo Civil.

O Órgão Especial do Tribunal Superior do Trabalho converteu a peça em agravo regimental ao fundamento de que

*“o recurso cabível contra o despacho desta Vice-Presidência, que denega seguimento a recurso extraordinário quanto à responsabilidade subsidiária do tomador de serviços em face da inadimplência da prestadora dos serviços (Tema 246 da Tabela de Temas de Repercussão Geral do STF), é o agravo do art. 544 do CPC para o STF, e não o agravo do art. 557, § 1º, do CPC”.*

No mérito, o Órgão Especial proferiu o seguinte acórdão:

*“RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DO TOMADOR DE SERVIÇO - ENTE PÚBLICO - CULPA RECONHECIDA.*

*1. Com o julgamento proferido pelo Supremo Tribunal Federal na ADC 16 (Relator Min. Cezar Peluso, Tribunal Pleno, DJE de 09/09/11), restou fixada a interpretação constitucionalmente adequada a ser conferida ao art. 71 da Lei 8.666/94, segundo a qual a previsão legal de inexistência de responsabilidade de ente público pelos débitos trabalhistas de seus contratados não impede a sua condenação subsidiária nas causas em que for comprovada a culpa do contratante pelo inadimplemento das obrigações trabalhistas por parte do prestador de serviços.*

*2. O julgamento da ADC 16 foi posterior ao reconhecimento da repercussão geral pertinente à responsabilidade trabalhista de ente*

**RCL 20367 / MG**

*público na condição de tomador de serviços (T-246 da Tabela de Repercussão Geral do STF). Assim, dado o caráter vinculante da decisão proferida no controle concentrado de constitucionalidade, o Tema 246 restou solucionado, por coerência lógica, no que tange à responsabilidade subsidiária da Administração Pública na hipótese de comprovada culpa, remanescendo apenas a questão relativamente às hipóteses de culpa presumida, de não demonstração de culpa ou de silêncio sobre a culpabilidade.*

*3. O sistema de repercussão geral, instituído a partir da Emenda Constitucional 45, impõe filtro processual por meio do qual se torna desnecessário o julgamento repetitivo e individualizado de demandas de idêntico conteúdo jurídico pelo STF, sendo possível resolver o conflito no âmbito do Tribunal Superior do Trabalho.*

*4. No caso presente, o Agravante foi responsabilizada subsidiariamente em relação aos créditos reconhecidos judicialmente, em razão de sua comprovada culpa, decisão que se amolda aos uníssonos precedentes do STF, em sede da ADC 16 e de diversas reclamações constitucionais que a esta seguiram.*

*5. Assim, a hipótese dos autos se amolda ao Tema 246 da Tabela de Repercussão Geral do STF, mas no sentido de já estar solucionado pelo Pretório Excelso em direção contrária à pretensão recursal.*

*Recurso recebido como agravo regimental, ao qual se nega provimento, com determinação de baixa dos autos à origem, com aplicação de multa” (doc. 13).*

*3. O Reclamante alega não ocorrida “aplicação do disposto no art. 543-B, § 3º do CPC na decisão que negou seguimento ao recurso extraordinário. Como se verifica da decisão proferida pelo Min. Vice-presidente do TST, a negativa de seguimento não se deu por aplicação da sistemática da repercussão geral” (fl. 6, doc. 2).*

*Sustenta que “a Corte Superior Trabalhista, antecipando-se à apreciação da repercussão geral, tem realizado o próprio julgamento de mérito dos recursos extraordinários e agravos interpostos, em flagrante usurpação da competência desse Supremo Tribunal Federal” (fl. 13, doc. 2).*

**RCL 20367 / MG**

Requer “a suspensão liminar da decisão proferida pelo Tribunal Superior do Trabalho, afastando-se a baixa imediata dos autos e a exigência da multa imposta com fundamento no art. 557, § 2º, do CPC” (fl. 16, doc. 2).

Pede,

*“em julgamento final, seja definitivamente cassada a decisão proferida pelo Órgão Especial do Tribunal Superior do Trabalho nos autos do mencionado processo, de modo que seja excluída a multa aplicada à Fazenda Pública e os autos do agravo em recurso extraordinário (ARE) sejam remetidos para apreciação da Corte competente, no caso, o Supremo Tribunal Federal, ou ainda, que seja determinado o sobrestamento do feito até o julgamento do RE 760.391, afetado ao julgamento sob a sistemática da repercussão geral”* (fl. 16, doc. 2).

4. Em 28.4.2015, deferi “parcialmente a medida liminar pleiteada, para suspender os efeitos da decisão proferida no Agravo Regimental no Recurso Extraordinário no Agravo de Instrumento no Recurso de Revista n. 192-53.2012.5.03.0017 pelo Órgão Especial do Tribunal Superior do Trabalho” (doc. 18), requisitei informações à autoridade reclamada e determinei vista dos autos ao Procurador-Geral da República.

Em 20.5.2015, o Presidente do Tribunal Superior do Trabalho prestou as informações requisitadas, enviando cópia do acórdão reclamado e noticiando ter “o Órgão Especial desta Corte delibera[do], por unanimidade, pelo sobrestamento de todos os recursos extraordinários relacionados ao Tema 246” (doc. 23).

Em 22.9.2015, requisitei ao Procurador-Geral da República o processo, que me veio concluso em 28.9.2015.

Em 7.10.2015, a Procuradoria-Geral da República opinou pela procedência da reclamação:

**RCL 20367 / MG**

*“Reclamação. Agravo interposto de decisão que negou seguimento a recurso extraordinário. Conversão em regimental e julgamento pelo Órgão Especial do TST. Interseção de fundamentos impugnáveis por recursos distintos: agravo tradicional e regimental.*

*Sob pretexto de fazer cumprir a decisão do STF na ADC 16, o acórdão reclamado violou a própria decisão aplicada ao caso, ao lhe atribuir eficácia vinculadora que ela não possui, porque referida ao próprio STF, no julgamento de casos pela sistemática da repercussão geral: usurpação da competência do STF para decidir, em repercussão geral, o tema repetitivo versado no recurso extraordinário.*

*Cabimento do art. 544 do CPC contra negativa de seguimento a recurso extraordinário, quando mal aplicada a sistemática de repercussão geral, após a decisão do agravo regimental na instância recorrida.*

*Impossibilidade normal do uso de reclamação, para resolver a admissibilidade de recurso extraordinário, nos feitos repetitivos, em virtude do cabimento do agravo para a resolução do problema.*

*Sem prejuízo da fixação da dualidade de recursos, o imperativo da clareza dos pressupostos dos recursos, decorrente da segurança jurídica do Estado de direito, requer a apreciação da reclamação como agravo, dadas a evidente inovação e a obscuridade do meio de impugnação adequado, na nova sistemática do CPC, para combater decisões judiciais continentais das questões díspares indicadas.*

*Parecer pela procedência da reclamação ou pelo seu conhecimento como agravo do art. 544 do CPC”.*

Examinados os elementos havidos nos autos, **DECIDO**.

5. No parágrafo único do art. 161 do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, dispõe-se que *“o Relator poderá julgar a reclamação quando a matéria for objeto de jurisprudência consolidada do Tribunal”*, como ocorre na espécie.

6. Põe-se em exame nesta reclamação se, ao negar provimento ao agravo interposto contra inadmissão do recurso extraordinário, o Órgão Especial do Tribunal Superior do Trabalho teria usurpado a competência

**RCL 20367 / MG**

deste Supremo Tribunal.

7. Este Supremo Tribunal Federal assentou ser de sua competência exclusiva o julgamento de agravo interposto contra a inadmissão de recurso extraordinário, cabendo ao Juízo de origem apenas a remessa do recurso a este Supremo Tribunal.

No Código de Processo Civil, prevê-se:

*“Art. 544. Não admitido o recurso extraordinário ou o recurso especial, caberá agravo de instrumento, no prazo de 10 (dez) dias, para o Supremo Tribunal Federal ou para o Superior Tribunal de Justiça, conforme o caso.*

*(...)*

*2º A petição de agravo será dirigida à presidência do Tribunal de origem, não dependendo do pagamento de custas e despesas postais. O agravado será intimado, de imediato, para no prazo de 10 (dez) dias oferecer resposta, podendo instruí-la com cópias das peças que entender conveniente. Em seguida, subirá o agravo ao Tribunal Superior, onde será processado na forma regimental”.*

Dispõe-se na Súmula n. 727 deste Supremo Tribunal Federal:

*“Não pode o magistrado deixar de encaminhar ao Supremo Tribunal Federal o agravo de instrumento interposto da decisão que não admite recurso extraordinário, ainda que referente a causa instaurada no âmbito dos juizados especiais”.*

Confirmam-se os seguintes precedentes:

*“RECLAMAÇÃO - AGRAVO DE INSTRUMENTO - AUSÊNCIA DE REMESSA AO SUPREMO. O agravo visando à subida de recurso extraordinário, pouco importando defeito que apresente, há de ser encaminhado ao Supremo, para o exame cabível”*  
(Rcl n. 2.826, Relator o Ministro Marco Aurélio, Plenário, DJe 14.11.2007).

**RCL 20367 / MG**

*“RECLAMAÇÃO. USURPAÇÃO DE COMPETÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO INTERPOSTO CONTRA INADMISSÃO DE RECURSO EXTRAORDINÁRIO. O Juízo reclamado, ao não receber agravo manifestado ante a negativa de admissão de recurso extraordinário, invadiu competência desta Corte, bem como não observou a disciplina normativa da matéria, que atribui à origem a formação e a posterior remessa do instrumento. Reclamação julgada procedente” (Rcl n. 2.105, Relator o Ministro Ilmar Galvão, Primeira Turma, DJ 25.10.2002).*

Assim também os seguintes julgados: Rcl n. 19.970, Rcl n. 19.976, Rcl n. 19.997, Rcl n. 19.946, Rcl n. 19.952, Rcl n. 19.965 e Rcl n. 19.967, Relator o Ministro o Ministro Dias Toffoli; Rcl n. 19.987 e Rcl n. 19.927, Relator o Ministro Gilmar Mendes; Rcl n. 19.989, Rcl n. 19.963, Rcl n. 19.972, Rcl n. 19.917 e Rcl n. 19.962, Relator o Ministro Luiz Fux; Rcl n. 19.936, Rcl n. 19.907 e Rcl n. 19.954, Relator o Ministro Roberto Barroso; Rcl n. 19.947 e Rcl n. 19.930, de minha relatoria.

8. Este Supremo Tribunal reconheceu a repercussão geral do Tema n. 246. Desde então, o Recurso Extraordinário n. 760.931, pelo qual o Recurso n. 603.397 foi substituído, passou a ser paradigma da repercussão geral e parâmetro para os outros processos que versam sobre a mesma questão constitucional.

Enquanto não julgado o Tema n. 246 pelo Supremo Tribunal Federal, a decisão proferida pelo Órgão Especial do Tribunal Superior do Trabalho fragiliza os efeitos do instituto da repercussão geral. O comportamento processual do Tribunal trabalhista impõe ao Supremo Tribunal Federal, em reclamação, analisar os recursos extraordinários que deveriam estar sobrestados naquele Tribunal para observância do art. 543-B do Código de Processo Civil.

**9. Pelo exposto, julgo procedente a presente reclamação, para cassar**

**RCL 20367 / MG**

**a decisão reclamada e determinar o sobrestamento do recurso extraordinário com agravo no Tribunal Superior do Trabalho até o julgamento definitivo pelo Supremo Tribunal Federal do Tema de Repercussão Geral n. 246.**

**Publique-se.**

Brasília, 2 de outubro de 2015.

Ministra **CÁRMEN LÚCIA**  
Relatora